

*FELIPE FERNANDES
JOSÉ ROBERTO MELLO PORTO
RODOLFO PENNA*

MANUAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

*PREFÁCIO
RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA*

Copyright © 2022 by Editora Letramento

Copyright © 2022 by Felipe Fernandes

Copyright © 2022 by José Roberto Mello Porto

Copyright © 2022 by Rodolfo Penna

Diretor Editorial | Gustavo Abreu

Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto

Diretor Financeiro | Cláudio Macedo

Logística | Vinicius Santiago

Comunicação e Marketing | Giulia Staar

Assistente de Marketing | Carolina Pires

Assistente Editorial | Mateos Moreno e Sarah Júlia Guerra

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luis Otávio Ferreira

Conselho Editorial | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Moraes da Rosa; Bruno Miragem; Carlos María Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kiefer da Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochevsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Cuilherme; Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo; Renata de Lima Rodrigues; Rubens Casara; Salah H. Khaled Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados.

Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

1217988

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F363m	Fernandes, Felipe
Manual de improbidade administrativa / Felipe Fernandes, José Roberto Mello Porto, Rodolfo Penna. - Belo Horizonte, MG : Casa do Direito, 2022.	
198 p. ; 15,5cm x 22,5cm.	
Inclui anexo.	
ISBN: 978-65-5932-165-0	
1. Direito público. 2. Direito administrativo. 3. Improbidade administrativa. I. Porto, José Roberto Mello. II. Penna, Rodolfo. III. Título.	
2022-491	CDD 341 CDU 342

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 341
2. Direito 342

Belo Horizonte - MG

Rua Magnólia, 1086

Bairro Caçara

CEP 30770-020

Fone 31 3327-5771

contato@editorialetramento.com.br

editorialetramento.com.br

casadodireito.com



Grupo Editorial
LETRAMENTO

Casa do Direito é o selo jurídico do
Grupo Editorial Letramento

sumário

9 **APRESENTAÇÃO**

Felipe Fernandes

José Roberto Mello Porto

Rodolfo Penna

11 **PREFÁCIO**

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

13 **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/92)**

15 **CAPÍTULO 1**

PANORAMA GERAL DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

15 1.1. FUNDAMENTO NORMATIVO

16 1.2. CONCEITO

18 1.3. DIREITO INTERTEMPORAL: RETROATIVIDADE
DA LEI 14.230/2021

24 1.4. FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO

27 **CAPÍTULO 2**

**ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ATO DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

27 2.1. SUJEITO ATIVO

28 2.1.1. AGENTES PÚBLICOS

29 2.1.2. AGENTES POLÍTICOS

30 2.1.3. TERCEIROS

31 2.1.3.1. PESSOA JURÍDICA

32 2.1.4. PARTICULARES QUE CELEBRARAM AJUSTES
COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

33 2.1.5. SUCESSORES

- 34 2.2. SUJEITO PASSIVO DO ATO
- 36 2.3. CONDUTA ÍMPROBA (ESPÉCIES DE ATOS DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA)
- 38 2.3.1. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE
IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (ART. 9º)
- 41 2.3.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE
CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO (ART. 10)
- 46 2.3.3. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM
CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11)
- 52 2.3.4. IMPROBIDADE NA ORDEM URBANÍSTICA (ART. 52
DA LEI 10.257/2001 – ESTATUTO DA CIDADE)
- 53 2.4. ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO OU CULPA)
- 55 2.4.1. TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA (OU TEORIA DO
AVESTRUZ) EM ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

59 *CAPÍTULO 3*

SANÇÕES

- 63 3.1. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS E *BIS IN IDEM*

71 *CAPÍTULO 4*

**PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

- 71 4.1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO

- 73 4.2. INQUÉRITO CIVIL

- 76 4.2.1. PROCEDIMENTO

77 4.2.1.1. INSTAURAÇÃO

78 4.2.1.2. INSTRUÇÃO

79 4.2.1.3. CONCLUSÃO

- 82 4.2.2. RECOMENDAÇÃO

- 85 *CAPÍTULO 5*
- AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**
- 85 5.1. NATUREZA JURÍDICA
- 86 5.2. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AÇÃO CIVIL PÚBLICA
- 87 5.3. COMPETÊNCIA
- 87 5.3.1. COMPETÊNCIA DE JUSTIÇA
- 87 5.3.2. COMPETÊNCIA TERRITORIAL
- 88 5.3.3. COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL (FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO)
- 91 5.4. LEGITIMIDADE
- 91 5.4.1. LEGITIMIDADE ATIVA
- 91 5.4.1.1. PROCESSO DE CONHECIMENTO
- 93 5.4.1.2. *DIREITO INTERTEMPORAL*
- 94 5.4.1.3. *INTERVENÇÃO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA*
- 94 5.4.1.4. *LEGITIMIDADE BIFRONTE*
- 96 5.4.1.5. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO
- 97 5.4.2. LEGITIMIDADE PASSIVA
- 101 5.5. PROCEDIMENTO
- 101 5.5.1. FASE POSTULATÓRIA: PETIÇÃO INICIAL, CONTESTAÇÃO E RÉPLICA
- 104 5.5.1.1. DEFESA DO AGENTE PÚBLICO PELA ADVOCACIA PÚBLICA
- 105 5.5.2. FASE SANEADORA: JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO E DECISÃO DE SANEAMENTO
- 106 5.5.3. FASE INSTRUTÓRIA: PRODUÇÃO DE PROVAS
- 107 5.5.4. FASE DECISÓRIA: SENTENÇA
- 108 5.5.4.1. CRITÉRIOS E FUNDAMENTAÇÃO
- 109 5.5.4.2. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO
- 110 5.5.5. DESPESAS PROCESSUAIS
- 110 5.5.6. MEIOS IMPUGNATIVOS
- 111 5.5.7. FASE EXECUTIVA: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

	111	5.5.7.1.	LEGITIMIDADE
	113	5.5.7.2.	UNIFICAÇÃO
	114	5.5.7.3.	PARCELAMENTO
	114	5.5.7.4.	MEIOS EXECUTIVOS
118		5.6.	MEDIDAS CAUTELARES
	116	5.6.1.	INDISPONIBILIDADE DOS BENS
	117	5.6.1.1.	REQUISITOS
	119	5.6.1.2.	EXTENSÃO
	120	5.6.1.3.	SUBSTITUIÇÃO E READEQUAÇÃO
	121	5.6.1.4.	VEDAÇÕES
	123	5.6.1.5.	MOMENTO
	124	5.6.1.6.	RECURSO
	125	5.6.2.	AFASTAMENTO DO AGENTE PÚBLICO
127			<i>CAPÍTULO 6</i>
			ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL
127		6.1.	HISTÓRICO
131		6.2.	REQUISITOS
132		6.3.	MOMENTO
133		6.4.	DESCUMPRIMENTO
135			<i>CAPÍTULO 7</i>
			PRESCRIÇÃO
135		7.1.	PRAZOS
	136	7.1.1.	IMPRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO
139		7.2.	INTERRUPÇÃO
141		7.3.	SUSPENSÃO
143			QUADRO COMPARATIVO DE LEGISLAÇÃO
171			QUESTÕES COMENTADAS